

REQUERIMENTO DE APELO N.º 9.522 /2020

(Da Dep. Camila Toscano)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, inc. XX, do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada manifestação desta Casa Legislativa a PB CONSIG, empresa que gerencia os empréstimos consignados dos servidores públicos estaduais, apelando para que seja cumprida imediatamente a Lei n.º 11.699, de 03 de junho de 2020, que suspende as cobranças dos empréstimos consignados durante o período de 120 (cento e vinte) dias.

**JUSTIFICATIVA**

Publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, aos 03 de junho de 2020, a Lei n.º 11.699 determina que os empréstimos consignados contraídos pelos servidores públicos estaduais estão suspensos pelo período de 120 dias. Igualmente, assegura o citado regramento legal, especificamente no art. 2º, que a norma entrou em vigor na data de sua publicação.

Assim, como a PB CONSIG é a empresa que gerencia os empréstimos consignados dos servidores públicos estaduais, a fim de evitar o descumprimento da lei por parte das instituições financeiras e visto que a folha de pagamento de pessoal do estado fecha por volta do dia 15 de cada mês, importante se faz que sejam tomadas todas as cautelas e providências cabíveis para o fiel cumprimento da referida lei.

Dessa feita, atendendo ao pleito da ASCAL, ADUEPB, SINTESPB, ASPOL e SINDOJUS, apresento este apelo para que a PB CONSIG se abstenha imediatamente de descontar e repassar os valores referentes aos consignados dos servidores públicos estaduais durante o período de vigência da Lei n.º 11.699/2020.

Desta feita, esperamos o apoio dos Excelentíssimos Senhores Deputados desta Casa de Leis para que este Requerimento de Apelo seja aprovado em Plenário.

Sala de Sessões, aos 04 de junho de 2020.



*Camila Toscano*  
Deputada Estadual - PSDB

**ASCAL - ADUEPB - SINTESPB - ASPOL - SINDOJUS**